



GUARDA MUNICIPAL

ABRIL 2016 - EDIÇÃO 2

REUNIÕES COM OS GUARDAS:

1ª reunião 27/04/16 (quarta-feira), 19h

2ª reunião 28/04/16 (quinta-feira), 19h

Local: Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias)



▶ **Adequação à
Lei 13.022 até
8 de agosto?**

▶ **Mudanças
no Plano de
Carreira?**

▶ **Uso ou
não de arma
de fogo?**

Tudo depende da participação de cada guarda e da organização do conjunto dos guardas

Servidores
na Luta



Adequação da GM-Santos à Lei 13.022

Muitos guardas revelam grandes expectativas e também muitos temores relacionados à implantação dos novos parâmetros apontados pela Lei 13.022, de 8 de agosto de 2014, para as Guardas Municipais.

Entre os temores, um que é recorrente é a mudança do comando, atualmente exercido por membros da Polícia Militar, que passará a ser exercido por membro da própria GM Santos. Ou seja, teme-se que o prefeito escolha uma pessoa sem a devida competência, inclusive em gestão de pessoas, para comandar o conjunto da guarda.



Perseguições, transfêrencias por retaliação, mudanças de horário de trabalho, punições infundadas e o assédio moral como forma de se relacionar com os subordinados já é um problema hoje.

O SINDSERV, sempre

que possível, lembra que só há uma forma de diminuir o risco: Mediante critérios adequados e transparentes, os guardas elegerem um colega entre os próprios guardas para ser o comandante. Há décadas esse modelo é adotado nos

EUA para eleição dos delegados distritais. A eleição se inicia por candidaturas individuais, se conclui por votação secreta e o mais votado é nomeado.

Outro caminho seria eleição em lista tríplice como acontece nas universidades federais há muitos anos. Nessa segunda forma haveria eleição e em seguida o prefeito escolheria um entre os três mais votados e o nomearia comandante.

Mas a grande questão que se coloca é: Os guardas querem participar da escolha do novo comando, ou é mais cômodo ser vítima das circunstâncias? Participar da escolha impli-



ca discutir propostas, participar de reuniões fora do horário de trabalho, tomar decisões coletivas. Não adianta vestir farda, falar em "corporação" e se sentir ameaçado até pela própria sombra.

Vamos construir esse processo?

Plano de Carreira



No ano passado (2015) alguns guardas organizaram propostas para a criação de um novo Plano de Carreira da GM Santos, e também iniciaram um diálogo com a diretoria do SINDSERV no sentido de encaminhar o tema.

Em novembro passado, por ocasião da assembleia de definição da pauta de reivindicação salarial, foi proposto que a Campanha Salarial abarcasse a discussão dessas propostas. Como a Campanha Salarial discute somente os temas

que afetam a categoria, ficou proposto que no início deste ano retomássemos as discussões relativas ao Plano de Carreira da GM.

O SINDSERV, por ocasião da criação dos atuais Planos de Carreira implantados na Prefeitura

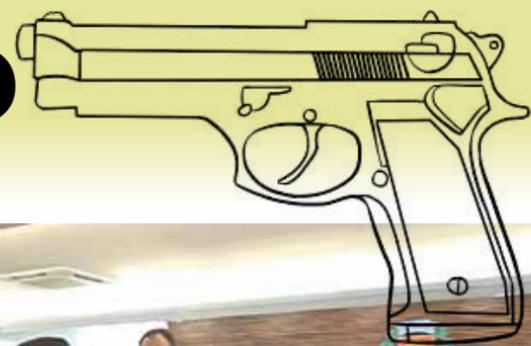
de Santos (da guarda, da educação e dos demais funcionários), acumulou alguma experiência metodológica para fazer Planos de Carreira. Partindo dessa experiência, é possível afirmar que, assim como na questão do uso de arma e a

forma de definir o novo comando, essa é outra questão que exige mobilização, transparência nas informações, discussão coletiva e foro adequado para tomar decisões que respondam aos anseios dos guardas de Santos.

Construção histórica do plano de carreira dos servidores foi organizada pelo Sindserv



Uso de arma de fogo



Não se sabe com exatidão quantos guardas querem utilizar armamento, mas o fato é que existe uma quantidade de colegas que desejam trabalhar armados. Os municípios não são obrigados a armar as guardas, ao mesmo tempo, a utilização de arma letal não é uma questão simples que possa ser resolvida levando-se em conta apenas a vontade de indivíduos. Sendo assim, cabe fazermos as seguintes reflexões:

a) Qual é o interesse do governo municipal em armar os guardas?

Há variados interesses de governos municipais em armar guardas municipais. Podemos formular uma lista de motivos não revelados para que o município queira uma guarda armada e que, de preferência, reproduza a violência das polícias militares:

1) Interesses eleitores

O atual modo de desen-



volvimento das empresas capitalistas (as mesmas empresas que financiam os partidos políticos) exige redução drástica de investimentos diretos do Estado em educação, saúde, habitação popular, saneamento, geração de emprego e renda, desfavelização das cidades, redução da criminalidade, entre outros. A redução de investimento em políticas públicas é a base para o aprofundamento da privatização dos serviços prestados pelo Estado e o redirecionamento do dinheiro público para o financiamento do grande capital.

O resultado objetivo e direto desse modelo, concentrador para poucos e distribuidor de desgraça para a maioria, é o aumento da criminalidade e da insegurança física, psicológica e patrimonial das pessoas. Na sequência, setores com maior influência na mídia e aqueles que são as vítimas diretas da violência, ampliam a gritaria por mais segurança pública – na prática, mais polícia na rua, mais repressão e mais presídios – sem perceber que pedem segurança pública para os que fazem discursos demagógicos de segurança, rapinam o dinheiro público e lucram com a insegurança.

É aqui que os prefeitos entram, armando as guardas municipais e surfando na onda do “queremos mais segurança”. Aproveitam para ampliar seus currículos de “ami-

gos e promotores de segurança pública”, reforçando suas carreiras políticas com muita propina e muita publicidade, capturando assim o voto de uma população ingênua e manipulada pela mídia e pelas empresas.

2) Interesses empresariais locais e do ramo de segurança

Ninguém compra prédios e apartamentos novos,



realiza turismo de eventos, transita cargas portuárias valiosas, investe em restaurantes, cinemas e shoppings, se uma parte da cidade não for higienizada e protegida da criminalidade. A parte pobre da cidade pode explodir. Já a parte onde acontecem os negócios tem que ser segura. As empresas que lucram nessas zonas seguras são as mesmas que pagam as campanhas dos políticos.

Também não é possível vender (ou alugar) viatura equipada para policiamento, vender arma e munição, câmeras de vigilância, colete balístico, uniforme, bomba de efeito moral, e toda sorte de equipamentos militares, se não houver “vontade” dos prefeitos de investir em aparatos repressivos militarizados. Tudo para facilitar os grandes negócios, realizar astronômicos lucros e montar gordas caixas de campanha para os partidos.

3) Interesse em ampliar o monopólio da violência já exercida pelo Estado



As diversas necessidades sociais das camadas assalariadas, exploradas e empobrecidas, muitas vezes se traduzem em manifestações, nas ruas, nos lugares e repartições institucionais do Estado e na porta das empresas privadas. Essas manifestações são toleradas até o momento que não ameaçam os interesses políticos e econômicos, sejam das elites locais ou mais amplas.

b) Qual é o interesse dos próprios guardas de usar armamento, e o grau de consciência dos mesmos sobre os riscos que isso implica?

Não é de hoje que a Guarda Municipal de Santos está tomando um rumo completamente diferente daquilo que era sua atribuição: Auxílio ao cidadão e proteção ao patrimônio público. O regime “militarizado” copiado da PM e que é cada vez mais incutido na GM-Santos, causa



estranheza até mesmo na população que vira e mexe denuncia abusos de autoridade na imprensa e nas redes sociais. Os verdadeiros responsáveis por isso, o comando, exigem esse comportamento dos Guardas. “As táticas militaristas de combate são incompatíveis com o que se espera de um policiamento urbano”, explica o jurista Manoel Bezerra Rocha.

Muitos Guardas, ao passarem por inúmeras situações inseguras exercendo a medida que começam a incomodar o poder vigente e os empresários, o aparato policial repressivo entra em ação contra os manifestantes, usando como alibi o “risco de quebra da ordem pública”. É o aparato repressivo do Estado a serviço das camadas econômica e politicamente privilegiadas. Aqui também muito interessa aos prefeitos armarem as guardas municipais. O exemplo mais visível desse “operativo” é a presença ostensiva e muitas vezes repressiva da GM-Santos em todos os lugares em que o SINDSERV realiza qualquer tipo de manifestação.



as novas funções, almejam ter mais segurança e podem acreditar que uma arma de fogo garantiria isso. Porém, temos o dever de alertar que a implantação do armamento letal tem gerado exatamente o oposto: Põe em risco a vida dos membros da corporação e de seus familiares, aumenta indiretamente as responsabilidades da profissão, a demanda e as funções (sem aumento nenhum de salário, diga-se de passagem).

Temos que refletir se o sentimento de segurança com uma arma na cintura

corresponde à realidade. Estudos sérios apontam o contrário.

O risco cresce por três motivos: Primeiro que, tendo cometido algum delito e portando uma arma letal, o criminoso não terá dúvida ao avistar um GM: abrirá fogo contra ele. "À medida que o guarda municipal não usa arma de fogo, ele não é visto como inimigo por bandidos e criminosos", diz a cientista social e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, Sílvia Ramos.



Segundo que a própria população cobrará desses funcionários que realizem funções de segurança pú-

blica que não competem à GM e sim a polícia. Terceiro que os Guardas serão as vítimas mais visa-

das por criminosos que querem roubar armas. Isso é frequente nas cidades onde a GM foi armada. Geralmente acontece durante o serviço, mas há casos em que os criminosos vão até a residência do servidor, pon-do em risco não somente ele, mas toda sua família. O próprio comandante da Guarda, Flávio Brito Júnior, que é favorável ao armamento reconhece isso: "Provavelmente, aumentará a abordagem (de bandidos) a guardas em busca desse armamento" (jornal A Tribuna, 13/08/15).

Uma breve pesquisa na internet nos mostra o quão perigosa é essa ideia de armar os servidores da Guarda:

"Guarda municipal é rendida e tem a arma roubada no Cristo Rei" (Gazeta do Povo)

"Ex-presidiário invade casa de GM, rouba arma, ameaça gestante e volta para cadeia" (Dourados Agora)

"Guarda Municipal é agredido e tem a arma roubada em Curitiba" (Paraná Online)

"Criminosos assaltam viatura e roubam armas da Guarda Municipal de Porto Alegre" (ZH Notícias)

"Após assalto e tiroteio, arma roubada de GM é recuperada pela Polícia" (Opinião, jornal de Araras)

"Presos seis por roubo de armas na Guarda Municipal" (Portal ORM)

"Dupla rouba arma de guarda municipal no Cajuru e é presa horas depois" (Portal Banda B)

"PM prende criminoso e recupera arma roubada de GCM" (Portal R1)

"Arma roubada da guarda de Balneário é apreendida na capital" (Diarinho Online)

"Adolescentes tentam roubar guarda de folga em residencial na região de Betel e são mortos" (Jornal de Paulínia)